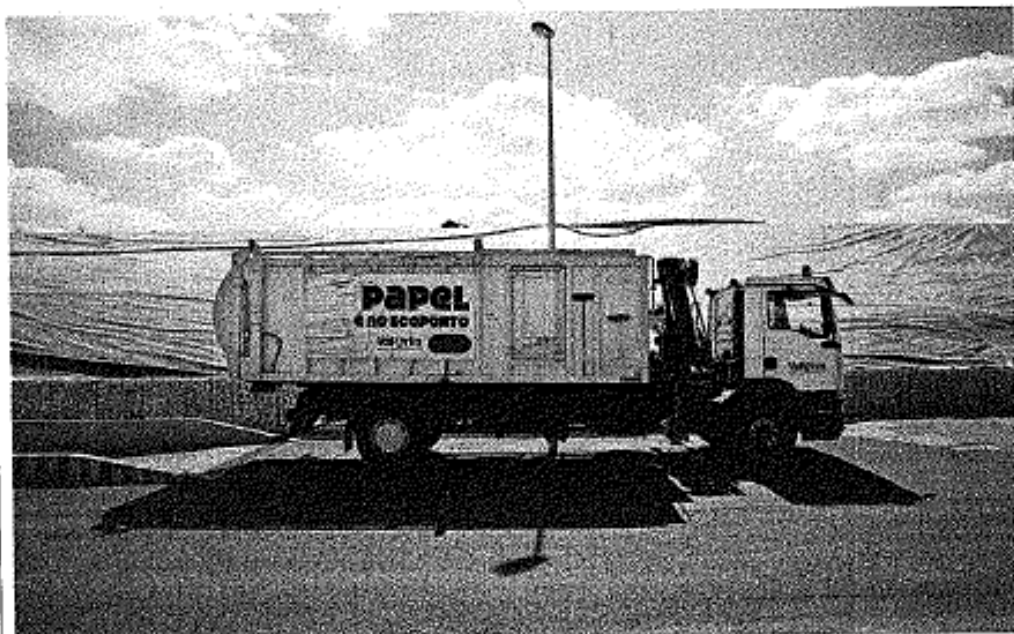


Leiria



Preço de recolha de resíduos arrisca subir 21,3% Foto: Arquivo/Joaquim Dâmaso

Câmaras contra aumento de 21,3% no preço do lixo

Está aí a primeira onda de choque saída da privatização da sub-holding do grupo Aguas de Portugal para o sector dos resíduos.

Na Valorlis, empresa de-

dicada à valorização e tratamento de resíduos sólidos na região, o acionista privado aponta para um crescimento do preço cobrado aos municípios pela recolha

e tratamento de resíduos sólidos na ordem dos 21,3% já para 2015. O aumento foi formalmente apresentado na assembleia geral da Valorlis, na tarde da última

65

O valor que a Valorlis conta gastar em 2015 em honorários cresce 65%, e é um exemplo de crescimento de despesa que deixa apreensivos os autarcas. O valor dos subcontratos sobe 35,56% e as deslocações e estadas 56,2%, exemplificam

segunda-feira, e suscitou a oposição dos municípios abrangidos: Leiria, Batalha, Porto de Mós, Marinha Grande, Pombal e Ourém bateram o pé numa declaração de voto conjunta. Contudo, importa lembrar que em conjunto, os municípios apenas contam com 49% do capital da empresa, agora maioritariamente detida pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A.

"O projeto de tarifário assenta num orçamento empolado nos gastos operacionais e conservador nos rendimentos previstos da Valorlis", sustentam os municípios que consideram o incremento "inaceitável" e

contrário às recomendações da entidade reguladora do sector. Na prática, a Valorlis aponta para um crescimento de 5,75 euros no preço a faturar às Câmaras por cada tonelada de resíduos. Em 2014 as autarquias deverão pagar 27 euros por tonelada, mas em 2015 esse valor deverá subir para os 32,75 euros.

Paulo Batista Santos, presidente da Câmara da Batalha e da mesa da Assembleia Geral da Valorlis, lembra que a concretizar-se este aumento, os municípios não terão forma de impedir que ele seja repercutido na fatura paga pelos munícipes. A lei assim o obriga, explica.

Entretanto, esta tomada de posição dos municípios, revela Paulo Batista Santos, foi já enviada a diversas entidades, entre elas o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, à Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e à entidade reguladora do sector. O REGIÃO DE LEIRIA tentou, sem sucesso, ouvir a empresa EGF sobre as razões que sustentam o aumento previsto para 2015. CSA